

A Argentina nos anos 90

*Antonio Carlos Fraquelli**

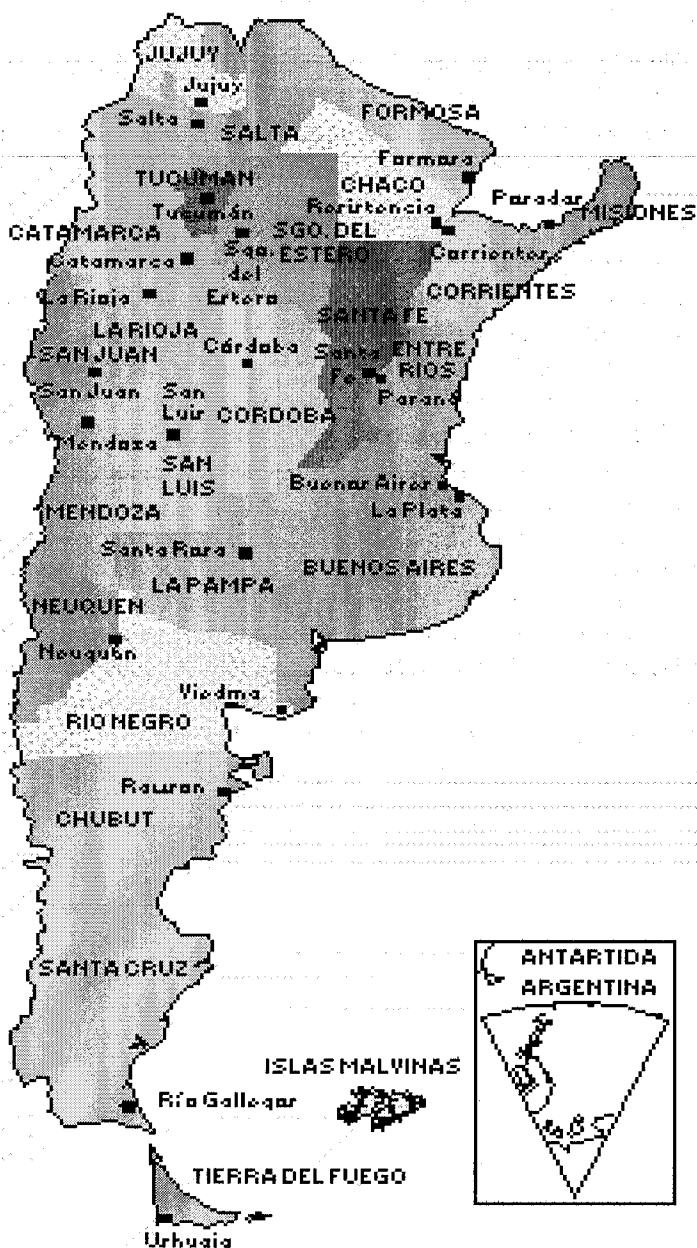
A História recente da Argentina tem sido marcada por eventos de grande impacto. O País conviveu com um período autoritário extenso, sofreu os dissabores lamentáveis de uma guerra desigual, lutou por uma transição difícil para a democracia, enfrentou uma hiperinflação que feriu de morte a sua economia e buscou a estabilidade no contexto de um processo de globalização; enfim, um conjunto de dificuldades de dimensões gigantescas para um povo acostumado aos grandes desafios.

Este ensaio é o produto de um período de observações sistemáticas sobre o comportamento do ambiente político-econômico argentino. Não pretende ser um estudo exaustivo do tema, embora compreenda um esforço inédito de parte do autor em reunir tamanha gama de informações, em destacar a importância dos principais fatos, em estabelecer um fio condutor para a análise e em fixar algumas conclusões a respeito do ambiente político-econômico do maior parceiro brasileiro no âmbito do Mercosul.

A estrutura do artigo foi organizada a partir de seções formuladas com base em subperíodos presentes na década de 90. Em algumas oportunidades, recorreu-se ao aspecto político como episódio determinante dos acontecimentos e, em outras ocasiões, optou-se por um cenário mais próximo à gerência da economia argentina. Em todos os momentos, todavia, pareceu ao autor que era indispensável detalhar o cenário interno, para tornar o texto mais rico em dados, sem que ficasse prejudicada a compreensão do caminho perseguido por Carlos Menem e sua equipe de ministros no enfrentamento dos múltiplos obstáculos dispostos a barrar o crescimento econômico do País.

* Economista. Técnico da FEE

Mapa político da Argentina



1 - Alfonsin: da transição à hiperinflação

Ricardo Alfonsin, primeiro Presidente argentino eleito na fase posterior ao período autoritário, tem a seu crédito o mérito de ter realizado a transição do País para a democracia. Democrata convicto, tornou-se amplamente reconhecido pela opinião pública internacional a partir do instante em que tomou a iniciativa de realizar a abertura política, eliminando os focos de resistência criados no âmbito do antigo regime que chegava ao fim. O encaminhamento de governantes militares aos tribunais argentinos foi um momento de grande tensão entre os atores políticos nacionais e exigiu do novo Presidente uma dose adicional de persistência para levar a cabo uma atividade tão complexa.

Período difícil aquele. Para quem era o responsável pela gerência de um ambiente político totalmente conturbado que o País vivenciava há alguns anos, definir uma estratégia de ação que viabilizasse um retorno à democracia e que fosse acompanhada pela retomada do crescimento econômico transcendia as possibilidades do que poderia ser factível.

A inflação argentina era um fenômeno aparentemente sob controle até a explosão do nível dos preços há uma década. Nos anos 70, quando Gelbard ocupava o Ministério da Economia durante o peronismo, a inflação era reduzida. Tomando-se como base o ano de 1974, por exemplo, em que o índice era negativo em janeiro, a inflação elevou-se a dois dígitos em dezembro, ocasião em que ocorreu o maior crescimento de preços do período. No decênio seguinte, já nos governos militares, o contexto não sofreu alteração em termos de comportamento dos preços. Veja-se o ano de 1980, em que Martinez de Hoz era o Ministro da Economia do General Videla: os valores mínimo e máximo da inflação ocorreram em agosto e em outubro daquele ano, respectivamente, e, naquela oportunidade, ambos os extremos mantiveram-se em patamares muito próximos.

A reversão da conjuntura econômica argentina concretizou-se paralelamente à transição para a democracia, tendo em vista os problemas herdados do período autoritário. Raul Alfonsin utilizou, sucessivamente, três políticos para ocuparem a Pasta da Economia: Sourrouille, Pugliese e Rodrigues. Embora as inúmeras tentativas para o controle do processo inflacionário, o Governo Alfonsin chegou ao final do seu mandato com uma escalada de preços que levou o Presidente a lançar um plano de guerra contra a inflação, mas que, lamentavelmente, se esgotou em oito dias apenas. Para se ter uma idéia da gravidade da situação, é oportuno lembrar que a inflação esteve próxima a 200% no mês de julho de 1989.

Alfonsín, na ocasião, propôs a antecipação da posse de Menem, mas as duas exigências impostas pelo Presidente eleito — a UCR deveria assumir publicamente a responsabilidade pela crise, e os radicais alterariam o perfil da alocação dos recursos públicos para beneficiarem as províncias governadas pelos justicialistas — foram rejeitadas sumariamente por aquele que levou a cabo a transição do autoritarismo para a democracia.

2 - O justicialismo no poder: de Roig a Gonzalez

O justicialismo chegou ao poder em 8 de julho de 1989, com Carlos Menem na Presidência e Eduardo Duhalde na Vice-Presidência, em um ambiente politicamente conturbado e economicamente instável. Antes disso, em 1982, a Argentina havia sido derrotada na Guerra das Malvinas; em 1983, a União Cívica Radical venceu as eleições dos peronistas, e, dois anos depois, em 1985, em plena utilização dos planos econômicos, Raul Alfonsín bisou a vitória anterior contra os justicialistas.

Os fatos que desenharam os contornos dos anos 90 vieram sobrecarregados de efeitos impactantes junto à população: a citada Guerra das Malvinas, a violência da ditadura, a angústia das mães de maio, os motins militares, a ausência de perspectivas, a intensidade das greves, o sentimento da derrocada, o impasse da transição, a inflação galopante, o desempenho insuficiente, a penalização da mão-de-obra e a frustração dos jovens formavam um conjunto heterogêneo que implicava a necessidade de uma ação política inadiável, dada a gravidade da situação e a possibilidade de uma desintegração social eminente. As ilhas Malvinas, após o fim da guerra contra a Inglaterra, ficaram encravadas na mente dos argentinos. Lembrada e esquecida, conforme o estado de ânimo nacional, a agenda Malvinas é um tema que tende a se perpetuar no estado da alma dos quantos vivenciaram aqueles dias inesquecíveis do conflito bélico. Femenia (1993) afirmou que, freqüentemente, os próprios argentinos não lembram a presença das ilhas na geografia política nacional.

O exercício de 1990 chegou ao final com 70% da população argentina considerando que o ano havia sido igual ou pior a 1989; simultaneamente, 65% das pessoas que participaram de uma pesquisa do jornal **Clarín** consideravam que 1991 seria um período melhor. Mesmo com a queda na produção industrial pelo terceiro ano consecutivo, o otimismo da população quanto à mudança na conjuntura ficou evidente mesmo no Distrito de Buenos Aires, onde estavam em disputa 35 vagas nas eleições de 1991, quando o peronismo obteve 46% dos votos.

Em janeiro de 1991, o quadro econômico deteriorava-se abruptamente. A população argentina convivia com uma conjuntura econômica devastadora e tinha plena consciência de que a convulsão social se tornava iminente. A opção justicialista de priorizar o combate à hiperinflação levou as autoridades argentinas a identificarem estratégias adequadas ao momento que o País atravessava e colocou o Presidente Menem na obrigação de identificar a pessoa que lhe parecia a mais adequada para fazer frente às dificuldades de então.

Carlos Menem optou, inicialmente, por Roig, a quem coube a tarefa de pôr em prática o que ficou conhecido como Plano BB, porém a obra concebida com o apoio de Lawrence Klein, um prêmio Nobel de Economia, não foi suficiente para que a Argentina revertisse a situação em que se encontrava. Depois, o Presidente voltou-se para Rapanelli, que ocupou o ministério por um limitado espaço de tempo e que transferiu a responsabilidade para um terceiro nome, o de Herman Gonzales, que ocupou a pasta como o terceiro Ministro da Economia argentina na Gestão Menem. Tanto Rapanelli como Gonzalez não tiveram êxito na empreitada de afastar a Argentina da instabilidade que o País se encontrava, e o Presidente decidiu-se por um novo ministro, Domingo Cavallo.

Tudo aconteceu em fevereiro de 1991, quando os argentinos realizaram uma verdadeira operação triagular, deslocando Hernan Gonzalez para a Defesa, Guido di Tella para o Ministério das Relações Exteriores e guindando um diplomata, Domingo Cavallo, para a Pasta da Economia.

3 - Cavallo e o programa de estabilização

Ao optar pelo Programa de Estabilização Econômica que levou o seu nome, Domingo Cavallo tinha presentes as dificuldades encontradas pelo Presidente Raul Alfonsin a partir do que se convencionou chamar uma queima das reservas. Da mesma forma, o novo Ministro não podia desconsiderar o esforço dos seus três antecessores em combater a inflação, que corroía o poder aquisitivo da moeda nacional e que havia colocado o País em uma crise de proporções desconhecidas até então pela população argentina.

Para avançar em direção à meta proposta, Cavallo tomou duas iniciativas com diferença de 30 dias entre ambas: em 23 de fevereiro de 1991, lançou um conjunto de medidas de natureza estrutural e, em 23 de março do mesmo ano, lançou o que ficou conhecido como o Programa de Estabilização Econômica. As medidas propugnadas em fevereiro compreendiam a simplificação tributária, a desregulação trabalhista, a reestruturação financeira e o incentivo creditício; em março, a principal iniciativa do Governo consistiu em criar a âncora cambial,

que resolveu de vez os empecilhos decorrentes da explosão dos preços, embora tenha criado outros tantos, conforme poderá ser constatado posteriormente.

Cavallo iniciou a sua administração com o dólar cotado a 6.400 austrais e direcionou a gerência da política cambial para a tentativa de reduzir a incerteza. A política cambial pretendida implicava a compra de dólares pelo Banco Central quando a cotação caísse abaixo de 8.000 austrais, e a venda quando a cotação se elevasse em mais 1.000 austrais. Entretanto a nova política cambial não foi levada adiante, porque houve um verdadeiro salto na cotação da moeda norte-americana: o dólar, que estava cotado a 7.000 austrais um dia, valorizou-se e alcançou 8.400 austrais no dia seguinte. Era preciso, pois, refazer a estratégia de combate à inflação. Por essa razão, o Ministro precisava contar com reservas à altura das necessidades correntes, e isso aconteceu quando o País dispunha de US\$ 3,6 bilhões de reservas contra uma base monetária de US\$ 4,1 bilhões.

A inflação não resistiu ao impacto da âncora cambial e começou a despençar durante o ano de 1991. Até agosto, o comportamento do índice para os últimos 12 meses encontrava-se em 144,4% ao ano; em agosto, a inflação alcançava o patamar de 1,3% ao mês, um resultado alvissareiro para Menem, pois aquele índice era o menor desde o de 0,9% obtido em julho de 1985. O valor alcançado pelo índice de preços decorreu de uma deflação de 0,4% nos preços no atacado, enquanto os preços da construção civil registraram um aumento de 1,1%.

Uma característica das três décadas anteriores ao lançamento do Plano Cavallo foi o desequilíbrio fiscal vigente na esfera governamental argentina. Tomando como ponto de partida o ano de 1961, o déficit público esteve pouco abaixo dos 5% do PIB ao final do Governo Frondizi; entre 1962 e 1966 — Governos Guido, Illia e primeiro ano da gestão Onganía —, o desequilíbrio das contas públicas elevou-se, em média, para patamares acima dos 5% citados anteriormente. O quadro foi revertido abruptamente nos últimos quatro anos do decênio — gestões Onganía e Levingston —, ficando o déficit em torno de 2,5% do Produto. Na década de 70, o desequilíbrio explodiu, apresentando incrementos sucessivos nos Governos Lanusse e Câmpora, para chegar em 15% do PIB, em 1976, durante o Governo Peron; no final da década — Governo Videla —, o déficit recuou para patamares próximos a 6% do PIB. Finalmente, nos anos 80, o desequilíbrio voltou a explodir — superou o patamar de 15% do Produto durante os Governos Galtieri e Bignone —, para cair para 12% no primeiro ano da Gestão Alfonsín e estabilizar-se entre 5% e 7% até o final do decênio.

Em abril de 1992, uma reforma fiscal passou a acompanhar a estratégia argentina de combate à crise: eram 14 medidas que, além de implementarem alterações no âmbito tributário, abriam a possibilidade de anistiar sonegadores.

Em termos imediatos, houve aumento de tributos sobre lucros e prorrogação de impostos sobre ativos, e, para o mês de julho, o Ministro prometeu revogar o Imposto sobre o Cheque e introduzir a anistia trabalhista. No que dizia respeito à outra vertente a ser coberta pela reforma, Cavallo prometeu eliminar investigações sobre aqueles que demonstrassem estar em dia com os seus compromissos fiscais no último exercício, e, para aqueles que estivessem em atraso com o fisco, o Ministro deu prazo de três anos para o cumprimento da obrigação. Um ponto que mereceu destaque na iniciativa do Governo foi a base mundial que o cidadão passou a ter, à medida que os rendimentos e os impostos pagos no Exterior foram internalizados na posição do contribuinte; assim, a partir dessa nova base, houve medidas complementares, tais como a declaração de bens de capitais no Exterior, a declaração de bens de luxo e a repatriação de capitais.

Articulada à busca do equilíbrio das contas públicas, a implementação das privatizações transferiu grande parcela da iniciativa do investimento para o setor privado. Observando-se os dados disponíveis da participação dos investimentos sobre o PIB argentino nas últimas três décadas, constata-se que houve uma queda expressiva desse indicador econômico: entre 1961 e 1980, a relação investimento/PIB manteve-se em níveis superiores a 20%; a partir de então, a participação despencou para patamares inferiores a 10% quando da hiperinflação argentina e retornou à participação de 13% quando do início da execução do Plano.

Simonsen (1992) afirmou que a Argentina abriu mão da sua soberania monetária, que as reservas cambiais mantidas pela autoridade monetária permaneciam no nível do estoque de austrais em circulação e que a emissão de dinheiro buscava exclusivamente adquirir novas reservas. Um outro ponto destacado pelo economista brasileiro foi o aumento da produtividade: quando ela se eleva nos portos e nos setores de transportes e de serviços, ocorre algo equivalente a uma maxidesvalorização do austral. E a situação concreta do parceiro brasileiro do Mercosul mostrava a existência de pouco exercício para a competitividade, inexistência de flexibilidade trabalhista, além de reduzida tendência ao investimento por parte dos agentes econômicos. A partir desse diagnóstico, era preciso promover a qualidade, diminuir custos, buscar tecnologias modernas e implementar técnicas de negociação salarial.

A propósito da mão-de-obra, a nova trajetória que a Argentina buscava colocar em prática em meados de 1992 fazia frente a uma população de 33 milhões de habitantes, dos quais 12,7 milhões representavam a população ativa do País, e o complemento de 20,3 milhões de habitantes compreendia a população não ativa. Naquele momento, o perfil da população ativa era constituído de oito milhões de ocupados, 800 mil desocupados e 3,9 milhões de subocupados. O problema do desemprego tardaria um pouco ainda para se tornar o maior óbice ao avanço da proposta justicialista.

4 - A reeleição de Carlos Menem

Durante o ano de 1993, o projeto das reformas esteve no centro da atenção da sociedade argentina; a propósito, o jornal **Clarín**, de Buenos Aires, fez um levantamento dos temas mais citados pelo Presidente Menem durante o mês de fevereiro daquele ano, ocasião em que as reformas, a política internacional, a política nacional e a economia, pela ordem, ocuparam os quatro primeiros lugares nos temas preferidos pelo Presidente.

No início de março de 1993, Menem afirmou que não dispunha de um candidato para ocupar a Presidência ao final do seu mandato. Desde o início do debate em torno da possibilidade de Carlos Menem habilitar-se a um novo mandato no ano de 1995, criou-se uma controvérsia sobre os dois terços necessários para a alteração do texto constitucional que viabilizasse a reeleição do Presidente argentino.

Na verdade, a polêmica é anterior. Antes da promulgação da Constituição concebida em Santa Fé, a Carta Magna argentina foi reformada em 1860, 1866, 1898, 1949 e 1957. Em cada uma dessas ocasiões, o artigo 30, que trata do quórum necessário à alteração na Carta, não foi tratado de maneira uniforme, embora se tenha presente que os temas que foram objeto de controvérsia eram variados. Na Constituição de 1860, por exemplo, quando se encontravam em discussão a formação do Estado nacional, o estabelecimento da capital e os limites da autonomia regional, não se utilizou o artigo 30. Seis anos depois, quando a Constituição voltou a ser reformada em 1866, os dois terços do total da Câmara ficou fixado ao ser definida que a cobrança de impostos sobre o comércio exterior ficava na alçada do Governo Federal. Ao final do século passado, em 1898, repetiu-se a decisão adotada na reformulação da Carta anterior, quando a reestruturação do setor público — o número de ministérios foi fixado em oito — estava no foco das preocupações da sociedade argentina. No século XX, nas duas ocasiões em que houve reforma constitucional, em 1949 e 1957, quando os temas em análise diziam respeito à reeleição presidencial e ao direito de greve, respectivamente, abandonou-se a posição adotada no século anterior e optou-se pela observação dos dois terços presentes. Nos anos 90, houve, então, uma retomada de uma agenda corrente no final dos anos 40, mais precisamente daquela que estava presente na reforma constitucional de 1949, quando já se debatia a hipótese da reeleição. Independentemente de outras análises efetivamente existentes, as duas interpretações que foram assumidas pelos justicialistas e pelos radicais diziam respeito aos dois terços dos presentes na Câmara ou aos dois terços da totalidade dos assentos no Legislativo respectivamente. Aparentemente, a opção de Menem acompanhou a decisão adotada

neste século, enquanto os radicais optaram por aquela que era a crença vigente no século passado. A posição dos aliados de Menem com relação ao artigo 30 da Constituição, que trata da matéria, tinha origem no argumento defendido por Arturo Sampay, por ocasião da reforma constitucional de 1949, enquanto o contra-argumento radical tinha base no enfoque histórico defendido por Linares Quintana. Sampay, na ocasião, traçou um paralelo entre as constituições argentina e norte-americana para fundamentar o seu argumento de que os legisladores haviam tratado a idéia dos dois terços dos votos ou dos presentes de forma indiferente; ao mesmo tempo, a oposição visualizava que os justicialistas buscavam unicamente a reeleição de Perón.

Em março de 1993, o projeto de reforma constitucional concebido pelos justicialistas não apresentava consenso no próprio partido. Havia variantes que oscilavam entre uma posição extrema de rediscutir amplamente o projeto, como era o caso de José O. Bordon, e uma outra extremidade, que incluía os que consideravam que a iniciativa poderia passar sem maiores debates, como era a posição de Eduardo Menem, Presidente do Senado e irmão do Presidente da República. Em agosto daquele ano, os justicialistas contavam com 30 votos contra a necessidade de alcançar 32 sufrágios para aprovar a reforma constitucional; na prática, o número de votos do Governo era de 29, porque o justicialista Rodrigues Saa se opunha ao projeto oficial. Onde buscar o apoio que faltava? Eduardo Menem acreditava que o complemento seria alcançado com a participação de Jorge Solana e Felipe Sapag, do Movimento Popular de Neuquén, e de Juan Carlos Oyarzun, de Tierra del Fuego.

A imagem da classe política na Grande Buenos Aires, nessa época, para aqueles que iriam decidir as eleições de 24 de outubro de 1999, encontrava-se em patamares consideravelmente elevados. Uma pesquisa de opinião pública divulgada no início de abril de 1993 mostrava uma imagem qualificada como muito boa de Fernando de la Rúa e de Eduardo Duhalde, com 52% e 41% de aprovação respectivamente. Naquela ocasião, De la Rúa procurava separar o menemismo, a corrente do Presidente no Partido Justicialista (PJ), do peronismo, crença dominante entre os seguidores do líder populista. Isso se percebe numa manifestação que os radicais promoveram em La Matanza, o município que é o segundo maior centro populacional argentino depois de Buenos Aires. Localidade que acolhe o maior número de analfabetos do País, La Matanza votava no justicialismo na proporção de três votos contra um, dado aos radicais, quando De la Rúa lá esteve em agosto de 1993. Menem havia obtido 214 mil votos contra cerca de 70 mil do partido de De la Rúa, o que evidenciava o peso justicialista no município; por isso, o Senador radical colocou em prática a estratégia de isolar o menemismo da corrente dominante na região.

Qualquer manifestação pública posta em prática pelos partidos visava obter resultados nas eleições de 3 de outubro, ocasião em que a metade da Câmara de Deputados — 127 vagas — seria renovada. Em agosto, encerrou o prazo legal para a estruturação do rol de candidatos de cada partido para as eleições de deputados, que tinham como candidatos número um Alberto Perri pelo justicialismo e Frederico Storani pelo radicalismo. Em âmbito regional, a campanha de Eduardo Duhalde para o Governo Provincial começou em 14 de agosto de 1993. La Matanza, pela razão descrita anteriormente, foi o local escolhido por Duhalde para realizar uma caravana de 40 quilômetros em companhia de Alberto Perri; a estratégia utilizada pelo candidato do PJ consistiu em fixar uma mensagem com duas idéias centrais: a peronização e a provincialização. Procedendo dessa forma, o candidato mantinha-se distante de Menem e do processo de reeleição em curso em âmbito federal, ao mesmo tempo em que permanecia acima da competição regional entre Perri e Osvaldo Mercuri, o primeiro candidato a deputado na lista da Província. Duhalde, inclusive, procurou atrair os intransigentes, colocando Oskar Alende na lista justicialista. Todavia o Partido Intransigente (PI) discordou da iniciativa e interveio no distrito provincial do PI para afastá-lo do justicialismo e aproximá-lo da Frente Grande, que apoiava Fernando Solanas. Storani também se encontrava no mesmo local para equilibrar a influência justicialista; o político radical utilizou a visita ao local para fechar o Encontro dos Trabalhadores de Buenos Aires. O espaço para Storani, em uma área de predominância justicialista, era, por natureza, reduzido. Originário dos quadros da Faculdade de Direito da Universidade de la Plata, o candidato radical apostou na busca do parceiro jovem e de suas aspirações românticas; apresentou-se no contexto de um projeto solidário, onde a retidão do político era uma condição *sine qua non* para construir uma nova Argentina. No mês seguinte, setembro de 1993, Perri e Storani encontravam-se em renhida campanha eleitoral. Mas a falta de entusiasmo no âmbito do justicialismo era evidente à medida que a luta interna no Partido, na Província de Buenos Aires, era recente; do outro lado, Storani apontava os primeiros sinais de uma recessão, pois de nada valeria conter a inflação se o crescimento econômico fosse sacrificado.

Quanto aos eleitores, a figura do jovem, que representava 35,5% da massa eleitoral, estava entre aquelas que as entidades buscavam ferrenhamente atrair para os seus candidatos. De uma população de 32,7 milhões de habitantes, havia 21,2 milhões de eleitores, dos quais 7,5 milhões eram jovens menores de 30 anos. Três pesquisas levadas a cabo por Graciela Romer Asociados, pelo Centro de Estudios de Opinión Pública (CEOP) e por Lynch, Menéndez y Nivel coincidiam em evidenciar a preferência dos jovens de 18 a 29 anos pelo justicialismo em Buenos Aires e pelo radicalismo na Capital Federal. Por exem-

plô, os dados da pesquisa do CEOP mostravam que 25,8% dos jovens na Província de Buenos Aires se definiam pelo Partido Justicialista, enquanto 15% acompanhava a opção da União Cívica Radical (UCR); já na Capital Federal, dava-se o inverso, pois 26,6% daqueles eleitores votariam na UCR contra 14,1% que acompanhariam o PJ. Também se verificava que o Movimiento por la Independencia y la Dignidad (Modin) ocupava a terceira posição, e a Frente Grande, a quarta em Buenos Aires, ao passo que estas duas últimas posições se invertiam quando a área da pesquisa dizia respeito à Capital Federal.

É importante recordar que o desemprego era uma constante entre os jovens, conforme se pode perceber em uma pesquisa do Instituto Nacional de Estadística Y Censos (INDEC) realizada em outubro do ano anterior e que trouxe como resultado a informação de que, entre os 680 mil desempregados na Grande Buenos Aires e na Capital Federal, 359 mil eram jovens de 15 a 29 anos, ou seja, 52,7% dos desempregados eram jovens, participação esta que atingia 57,5% em Santa Fé e quase 70% em Córdoba.

Outra reforma que circulava entre a classe política nos primeiros meses daquele ano era o projeto que versava sobre os aspectos financeiros dos partidos políticos. Além de o Estado subsidiar aquelas instituições, caía o anonimato das empresas financiadoras dos partidos, embora as mesmas pudessem obter incentivos fiscais; de outro lado, o projeto previa prisão de dois a seis anos, entre as penalidades, para aqueles que infringissem a norma. Na alocação dos recursos públicos, 80% obedecia o critério do sufrágio obtido na eleição, enquanto o complemento de 20% era distribuído em parcelas iguais entre os partidos.

No plano concreto, Domingo Cavallo proporcionou apoio a candidatos justicialistas em diversas regiões do País, porém o seu imenso prestígio atraiu também desafetos de toda a ordem, inclusive no seio do próprio Partido. Um caso típico de chegar ao ápice do prestígio para, logo a seguir, mergulhar no caos de uma crise pode ser extraído das eleições internas em Córdoba, em meados de 1993. Juan Schiaretti, que detinha o apoio de Cavallo, obteve uma diferença a seu favor de 6.550 votos entre 230 mil eleitores cordoveses, mas a retumbante vitória tornou-se um pesadelo, quando surgiram, uma semana depois, denúncias de fraude no desempenho alcançado pelo vencedor. Mantida a metodologia e realizada a recontagem dos votos, não haveria nada a lamentar segundo o então Ministro da Economia, mas a imagem da fraude não poderia ser eliminada, o que tornou lamentável a denúncia inicial do fato.

É interessante registrar a essa altura dos acontecimentos — agosto de 1993 — que, embora o partido ao qual pertencia Domingo Cavallo fosse aquele que incluía as representações dos sindicalistas, elas vinham sendo reduzidas sistematicamente em termos de participação na Câmara dos Deputados. De 35 deputados sindicalistas em 1983, apenas 19 ocupavam lugar na Câma-

na Câmara em 1991, e a expectativa para as eleições de outubro implicava uma diminuição para apenas 10 representantes no outrora poderoso bloco dos trabalhadores argentinos.

Identificadas as raízes da polêmica em torno da reforma constitucional, é importante considerar que outros atores políticos estiveram presentes no cenário do debate por ocasião do início da controvertida polêmica. O assunto entrou em pauta no Senado em 07.09.93, com 31 senadores posicionados favoravelmente à reeleição, enquanto outros 17 se opunham decisivamente à medida: do lado do Governo, havia 28 senadores justicialistas, dois senadores do Movimento Popular de Neuquén e um que representava o Movimento Popular de Tierra del Fuego, ao passo que, na oposição, constavam 11 senadores da UCR, dois do Pacto Autônomo Liberal, um senador da Cruzada Renovadora de San Juan, um senador do Bloco de San Juan, além do dissidente peronista Alberto Saa. O Senador de San Juan, Leopoldo Bravo, era um alvo visado pelo Governo, tendo em vista que, inúmeras vezes, ele afirmou que a reeleição não poderia ser tratada disfarçadamente; bastava que o Governo explicasse o que queria com a reeleição, que ele concordaria em discutir o assunto.

O impasse entre o PJ e a UCR manteve-se por alguns meses. Ao final do ano, a negociação em torno da reforma constitucional havia avançado. Entre tantas divergências, o Governo e a oposição identificaram 10 pontos em que o acordo ficava evidente. Mesmo com os avanços em termos da reforma, nem sempre havia unanimidade quanto à cláusula que tratava da reeleição. À época da entrada do tema na pauta do Senado, dois outros nomes capitalizavam os méritos da administração justicialista: Eduardo Duhalde e Domingo Cavallo. Duhalde tinha a seu favor a certeza de que assumiria um papel complementar ao de Menem, ou seja, era improvável que o Governador viesse a assumir o papel de revisor da gestão do Presidente. Mesmo assim, havia um ambiente de incerteza que levou o próprio justicialismo, em 20 de setembro de 1993, a adiar para o mês seguinte o polêmico tema.

Os dias passaram, e o tema da reeleição ficou em segundo plano por causa do pleito de outubro. Os jornais do dia 10 de outubro de 1993 estampavam os resultados das eleições que registravam a quarta derrota consecutiva dos radicais argentinos: com 96,4% dos votos apurados, os justicialistas haviam obtido 43,1% contra 30,2% dos sufrágios dados à UCR. Enquanto o Partido Justicialista garantiu 65 cadeiras e a União Cívica Radical obteve 41 assentos no Congresso, outras representações menores também se fizeram presentes no Legislativo, quais sejam: os candidatos provinciais ficaram com nove vagas, o Modin obteve quatro cadeiras, a Frente Grande obteve três vagas, a Unidade Socialista recebeu duas cadeiras, e, por fim, a Unión del Centro Democrático (UceDé) e o PDP ficaram com uma cadeira cada um.

Uma das figuras que saiu prestigiada das eleições de outubro foi Eduardo Duhalde, pois o justicialismo obteve 1.839.733 votos contra 817.549 do radicalismo e 448.928 do Modin, resultando em uma diferença do PJ sobre a UCR de um milhão e trezentos mil votos na Província de Buenos Aires. Em entrevista ao jornal **Clarín**, o Governador reconheceu que a vitória teve grande influência do plano econômico.

Definido o quadro eleitoral de 1993, Carlos Menem iniciou uma nova fase em sua trajetória rumo à reeleição. Uma pesquisa realizada pelo CEOP e divulgada pelo jornal **Clarín**, em sua edição de 10 de outubro, dava conta de que a razão que levou os eleitores a votarem no PJ era uma — a estabilidade econômica — para os portenhos, ao passo que era outra — simpatia pelo partido — para os que mantinham domicílio na Grande Buenos Aires.

O ano de 1994 trouxe um fato novo para a Argentina, que não escondia o desejo de seguir o mesmo caminho que o Chile aspirava: a inserção no NAFTA. Em diversas ocasiões, a imprensa portenha divulgou a opinião do Ministro Guido di Tella, na qual havia uma manifestação inequívoca de que a Argentina deveria fazer parte do bloco econômico que havia sido criado na América do Norte, em 1994. O fato novo ocorreu na reunião de Miami, em que o Presidente Bill Clinton houve por bem propor a criação de uma área de livre comércio abrangendo 34 países do continente. Segundo o projeto do líder democrata, a criação da Associação de Livre Comércio da América (ALCA) seria concretizada no ano 2005. Para que a medida avançasse, tornou-se prioritária a necessidade de aprovar uma via rápida, conhecida como *fast track*. A aprovação dessa medida daria as condições ao Presidente Clinton de negociar com os parceiros latino-americanos um protocolo de intenções que levasse à consolidação de uma agenda para a ALCA.

Todavia as aspirações argentinas foram frustradas em novembro de 1994, quando o Presidente Bill Clinton viu-se obrigado a retirar do Congresso norte-americano a proposta da via rápida; tudo porque o primeiro mandatário não conseguiu empolgar nem ao menos a bancada do seu próprio partido. O fato de não poder abrir o caminho para levar a Argentina para o rico mercado norte-americano não impediu que ambos os parceiros — norte-americanos e argentinos — mantivessem uma corrente de comércio expressiva para as necessidades do país latino-americano. As exportações argentinas para os Estados Unidos, por exemplo, oscilaram entre US\$ 4 bilhões e US\$ 4,5 bilhões anuais no período 1994-96.

O caminho para a reeleição de Menem teve o seu percurso bem definido a partir do que se convencionou chamar de o Pacto de Olivos. A partir do momento em que o Presidente visualizou a possibilidade de reeleição, Menem contactou com Alfonsín para comunicar-lhe o desejo de implementar um plebiscito junto à

sociedade argentina para avaliar, através de uma consulta, a possibilidade de concorrer a um novo mandato. Consciente de que a vitória no plebiscito reconduziria o Presidente ao Governo, Alfonsín negociou um pacto com Menem em que o conteúdo do acordo fixava uma agenda — 10 itens — para a reforma constitucional. Esse acordo se concretizou em dezembro de 1993 e cobria os seguintes assuntos, constantes da edição de 11 de dezembro do jornal **Clarín** (DE LA RUA..., 1999): reeleição, *ballottage*, eliminação do requisito confessional, eleição do prefeito de Buenos Aires, eleição de senadores, chefia de gabinete de ministros, conselho da magistratura, limitação de decretos de emergência e controle externo do setor público.

Houve eleições em 10 de abril de 1994 para a escolha dos 305 constituintes, que passaram a alterar a Carta Magna a partir de 10 de maio do mesmo ano. A iniciativa foi posta em prática em Santa Fé, na Província de Santa Fé, e em Paraná, na Província de Entre Rios, onde a reforma constitucional foi concretizada e a reeleição viabilizada. Entre os 28 tópicos constantes do pacto, além da reeleição havia no projeto outros itens, tais como a criação da chefia de gabinete dos ministérios, eleições e alterações no mandato de senadores, eleição direta da Prefeitura de Buenos Aires, mudança no processo de designação de juízes, revogação de decretos de urgência e a formalização de consultas populares.

Para um presidente que recebera o País com uma hiperinflação e que eliminara o aumento de preços através do Plano de Conversibilidade, a manutenção no cargo tornou-se uma tarefa complementar. Dessa forma, a oposição — União Cívica Radical e Frente País Solidario (Frepasso) — não criou as condições para superar o justicialismo, e, assim, em 5 de maio de 1995, Carlos Menem iniciou o seu segundo mandato, sendo acompanhado por Carlos Ruckauf, na condição de vice-presidente.

5 - A crise mexicana e o retorno ao FMI

Em meados de 1994, a Argentina convivia com um processo de estabilização econômica e com uma certa euforia com os resultados obtidos no País até aquele momento. Por ocasião da 49ª Assembléia Anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, realizada em Madri, o Presidente Menem utilizou o plenário do evento para agradecer o apoio recebido do Fundo desde o início da sua gestão e para comunicar que, a partir daquele momento, o País entrava em uma nova fase, conhecida posteriormente pela denominação da Argentina pós-FMI. Esse fato ocorreu no mês de outubro daquele ano, e o projeto do Presidente deveria estar provavel-

mente articulado à idéia de chegar às eleições com a Argentina totalmente inserida em um contexto de Primeiro Mundo.

Porém o México convivia com problemas acumulados no âmbito da sua economia, os quais se materializavam em desequilíbrios sistemáticos das suas contas externas. Na verdade, durante a Gestão Bush, havia um acordo entre as autoridades norte-americanas e mexicanas no sentido de que o Presidente Carlos Salinas mantivesse o câmbio de forma inalterada até que o Congresso dos Estados Unidos aprovasse o acordo que criava a Organização Mundial do Comércio. Salinas vivia um período de extrema popularidade, decorrente das negociações com norte-americanos e canadenses, que resultaram na criação do NAFTA, uma oportunidade ímpar para o produtor mexicano, dada a dimensão da economia norte-americana, que, naquela época, possuía um Produto da ordem de US\$ 7 trilhões. Outros temas faziam parte da agenda comum de norte-americanos e mexicanos, como foram os casos das drogas que chegavam aos Estados Unidos via México e da insatisfação crescente da população de Chiapas, esta última criando condições para que o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e o subcomandante Marcos passassem a ocupar espaço na mídia nacional.

Ao longo do processo acordado entre George Bush e Carlos Salinas, houve eleições em ambos os países da América do Norte. Bill Clinton venceu as eleições e depois veio a reeleger-se como Presidente dos Estados Unidos, porém, entre ambos os pleitos, o novo primeiro mandatário deixou escapar a maioria democrata que tomava conta do Congresso norte-americano há 40 anos. A vitória dos republicanos guindou Newt Gingrich ao apogeu da sua carreira política, embora, posteriormente, tenha sido submetido à Comissão de Ética e lhe tenha sido imputada a responsabilidade por ações que não cabem ser analisadas nesta ocasião. Logo, de concreto, houve a perda da maioria no Congresso pelos democratas norte-americanos, o que implicou uma restrição adicional a Clinton sempre que se tornasse necessário um apoio suplementar aos vizinhos do sul. No México, também aconteceram eleições, nas quais três candidatos se apresentaram e disputaram um pleito renhido. Todos os candidatos encontravam-se muito próximos nas pesquisas de opinião pública que antecederam as eleições; ao final, Ernesto Zedillo, do Partido Revolucionário Institucional (PRI), recebeu a preferência popular, sendo eleito Presidente e mantendo no poder o partido que há mais de seis décadas governava o México.

Aprovado o acordo de criação da Organização Mundial do Comércio pelos políticos norte-americanos, deu-se o sinal verde para a mudança na política cambial mexicana. Tão logo o Ministro Serra tomou a iniciativa de tentar romper com os déficits nas contas externas, alterando a política econômica, houve a fuga de capitais, que veio a exigir a implementação de um pacote de ajuda

financeira, que contou com a presença de Presidente Bill Clinton, parceiro na estratégia posta em prática na América do Norte.

A crise mexicana desencadeou um efeito de contágio — “efeito tequilla” — nos demais países da América Latina que haviam optado por políticas econômicas afins. Rapidamente, foram atingidos a Argentina e o Brasil, que mantinham desequilíbrios nas contas externas: a Argentina vivia há algum tempo com o Plano de Conversibilidade e a sua âncora cambial, enquanto o Brasil, que havia introduzido o Plano Real em julho de 1994, estava operando com déficit comerciais a escassos pares de meses.

A agenda mexicana — a mudança na política econômica, a questão do narcotráfico, a insatisfação em Chiapas — determinou o comportamento da conjuntura econômica regional em meados da década atual.

O desencadeamento dos fatos a partir do México foi extremamente rápido. Entretanto, quando uma expressiva parte da comunidade financeira internacional aguardava pela mudança na gerência da economia argentina, houve uma ação surpreendentemente ágil do Ministro Domingo Cavallo em conjunto com o Fundo Monetário Internacional. Na ocasião, o Ministro argentino fechou um acordo com o FMI, em um valor que rondava a casa dos US\$ 11 bilhões, que estabelecia a manutenção da âncora cambial pelo prazo mínimo de mais um ano. Inevitavelmente, a presença do Fundo e o conteúdo dos termos acordados agiram como elementos que permitiram a manutenção da estratégia para manter a estabilidade econômica nesse país do sul do continente.

6 - Cai Cavallo, Fernandes é empossado

A tentativa de equilibrar as contas públicas foi a tônica dos anos 90 na Argentina. Desde o início da tentativa da estabilização econômica, a população tem ouvido falar em ajuste com uma frequência inédita. Muitas foram as oportunidades em que o dilema de avançar no corte do gasto público esteve em xeque, e, na maioria das vezes, o Governo manteve-se fiel à diretriz estabelecida nos acordos com o FMI. Em certa ocasião, os professores reivindicavam aumentos de salários, e o Ministro Domingo Cavallo respondeu ao pleito do magistério de forma totalmente inesperada, dizendo ao corpo docente que o que eles deveriam fazer era lavar pratos. A reação do funcionalismo à posição do Ministro levou o magistério à praça pública, onde foi proferida uma aula magna, cujo objetivo era ensinar o Ministro a ser educado.

Fatos inusitados acompanharam as tentativas estabilizadoras das autoridades econômicas. Greves de caminhoneiros, adiamento de decisões que implicassem alterações nos recursos para a área da educação, *stop and go* do

processo de privatizações e denúncias de corrupção, dentre outros, mantiveram-se em paralelo ao enxugamento do setor público.

Em 1994, o déficit público emergiu durante a gestão de Cavallo, atingindo o valor de US\$ 650 milhões. As denúncias de corrupção dentro do próprio Governo, formuladas pelo Ministro da Economia, terminaram com a imagem que a autoridade mantinha junto à Presidência da República. O déficit fiscal de US\$ 5 bilhões, alcançado até meados de 1996, quando a meta junto ao Fundo Monetário Internacional era de US\$ 2,5 bilhões até o final do ano, apressou a queda de Domingo Cavallo e sua substituição por Roque Fernandes, o quinto Ministro da Economia ao longo da gestão Menem. O pacote fiscal lançado em agosto de 1996 foi o nono desde 1991, quando do início do Plano Cavallo.

Ao assumir, Fernandes confirmou a informação de que o déficit público era efetivamente de US\$ 6 bilhões e que esse seria o valor apresentado ao Fundo Monetário Internacional. Durante a gestão de Domingo Cavallo, o Ministério procurou ajustar contas com devedores e, entre as soluções encontradas, emitiram-se bônus — os *bocón* —, com prazo de 10 anos; também houve uma redução das contribuições patronais, segundo a natureza da atividade realizada, porque o Governo trabalhava com a idéia de que a diminuição da contribuição implicaria aumento de contribuintes. Com a utilização do Imposto sobre o Valor Agregado, as províncias destinaram 15% da arrecadação para a seguridade social, ficando, ainda, com a responsabilidade sobre a saúde e sobre a educação.

A queda de Cavallo e a posse de Fernandes criaram uma situação bastante tumultuada nas relações dentro do Governo. Fernandes passou a administrar a estabilização da economia em articulação com o Fundo Monetário Internacional, enquanto Cavallo iniciou um processo de desgaste sistemático com a equipe de Menem. As denúncias de corrupção e a tensão no relacionamento do ex-Ministro com os justicialistas criaram um hiato intransponível entre Cavallo e os peronistas. Ao final de um intenso conflito, o autor do programa de estabilização econômica nacional retirou-se das hostes que o abrigavam e criou a *Accion por la Republica*. O relacionamento continuou a deteriorar-se, e, ao final de um longo período de críticas mútuas, Cavallo passou da liderança mais expressiva do menemismo, em função da autoria do plano que estabilizara a economia, para o adversário mais duro de um governo que percorria o segundo período da sua gestão. Ao final de um extenso embate jurídico com as lideranças do Governo, a eleição de Cavallo como deputado preservou a figura daquela autoridade e o manteve no cenário nacional como uma liderança econômica muito atuante e, a partir de agora, com grandes perspectivas no ambiente político argentino.

7 - A crise e o contágio: Ásia, Rússia e Brasil

A crise da Tailândia eclodiu em 2 de julho de 1997. A partir daí ocorreu uma verdadeira *via crucis* para as autoridades econômicas argentinas. As empresas classificadoras de riscos, que têm entre as suas tarefas o registro de notas para as economias analisadas, avaliaram a conjuntura do país e, em setembro de 1997, fixaram-lhe notas que se mantêm, em média, em torno do conceito BB, que consiste, aproximadamente, em enquadrar a situação argentina como a de um país especulativo, ficando a expectativa de que a melhora no desempenho estaria diretamente vinculada à possibilidade de haver uma melhora nos resultados financeiros da esfera pública.

Um momento da maior importância para os agentes econômicos locais ocorreu em novembro de 1997, quando a classe empresarial se reuniu em Bariloche para avaliar o impacto da crise asiática sobre a economia nacional. Naquela ocasião, a conjuntura ressentia-se da queda da Bolsa de Hong Kong de 22 de outubro; até o dia da reunião de Bariloche, haviam se passado três semanas com efeitos desastrosos sobre a economia mundial. As Bolsas de Valores de Nova York, do México, de Buenos Aires e de São Paulo apresentaram quedas em três semanas de 5,8%, 18,2%, 30,2% e 32,5% respectivamente. Ao mesmo tempo em que os empresários rejeitaram qualquer aumento de tributos para contornar as dificuldades das finanças públicas, eles trabalharam os cenários possíveis a partir da crise asiática. Tendo em vista que o Brasil havia duplicado a taxa de juros em 30 outubro, os cenários alternativos tratados pela elite empresarial decorriam das possibilidades de o ajuste fiscal brasileiro atingir o seu objetivo, ocorrendo o oposto se o desequilíbrio das finanças governamentais se mantivesse e, por fim, se o maior parceiro do Mercosul viesse a desvalorizar. Ao final de novembro, a convicção entre as lideranças era a de que o ajuste brasileiro chegaria a bom resultado e que a conjuntura regional voltaria ao *status quo* anterior.

Em fevereiro de 1998, o Acordo de Facilidades Ampliadas foi realizado com o Fundo Monetário Internacional. Porém, um mês depois, o País já encontrava dificuldades de atender às exigências com as metas previstas naquele documento. Quando Roque Fernandes esteve em Washington, em março, para participar de um painel com Lawrence Summers em um seminário sobre o fluxo de capitais, especulava-se que a viagem do Ministro estava associada à renegociação das metas do Acordo. Efetivamente, não estava, mas, na ocasião, aquela autoridade reconheceu as dificuldades com o fechamento do balanço de pagamentos para o ano em curso. As expectativas de crescimento elevado — o Ministro trabalhava com a hipótese de o PIB crescer 5,8% — e de forte ingresso de

capital externo no âmbito empresarial seriam os fatores que definiriam a situação na lógica de Fernandes. Paralelamente, o Ministro utilizou a oportunidade para reforçar a idéia da necessidade de implementar uma reforma tributária que levasse em conta uma redução dos encargos sobre a contratação da mão-de-obra para estimular o emprego.

Em 29 de março de 1998, veio a Buenos Aires uma delegação do FMI, porque a Argentina enfrentava profundas dificuldades com o fechamento do seu balanço de pagamentos e com o financiamento das contas públicas. A busca do equacionamento do desequilíbrio das contas do Governo levou o Ministro da Economia a tentar convencer os empresários a apoiarem a iniciativa da reforma tributária. O êxito não foi alcançado porque houve a oposição de três das instituições que constituem o Grupo dos 8, ou seja, não concordaram com Roque Fernandes a União Argentina da Construção, a Câmara Argentina do Comércio, além da União Industrial Argentina. Os intermediários financeiros que promoveram o encontro mantiveram-se do lado do Governo; eles buscavam sustentação para a esfera pública ao enfatizarem que o desemprego seria reduzido se diminuísse a tributação à mão-de-obra e se houvesse a generalização do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) para todos os setores econômicos.

A crise russa deu novo impulso à incerteza vigente no Cone Sul latino-americano e, mais precisamente, na Argentina. Três indicadores do desempenho vigente na economia no ano de 1998 podem ser verificados no comportamento da produção industrial, do ritmo da construção civil e também da produção do petróleo. Esses indicadores conviveram com um pico entre setembro e outubro de 1997 e despencaram desde então. A redução no preço das *commodities* e o ingresso de produtos originados no âmbito externo, a partir de preços mais baratos, afetaram os investimentos no processo produtivo argentino.

Entretanto a desvalorização da moeda brasileira em janeiro de 1999 foi o momento mais difícil da Argentina desde a edição do Plano Cavallo em 1991. Conforme comentário anterior, a década de 90 apresentou dois momentos bem definidos para as autoridades portenhas: o primeiro até 1994, quando os brasileiros foram beneficiados pela âncora cambial argentina; o segundo de 1995 até 1998, quando a âncora cambial brasileira criou as condições para que a corrente de comércio entre os dois maiores parceiros do Mercosul gerasse benefícios para o País governado pelos justicialistas.

Ao final de 1998, quando a crise brasileira tumultuava todo o processo de integração do Mercosul, Datri (1998) elaborou uma análise em cima de um evento promovido pelo jornal **Clarín**, buscando saber a opinião de nove empresários que faturaram, em conjunto, US\$ 23 bilhões em 1997: dentre os diversos temas tratados na ocasião, sobressaiu a crença de que a classe empresarial não desejava mudanças.

8 - Os números das eleições de 24 de outubro

A Argentina chegou às eleições de 24 de outubro com a imagem do Presidente Carlos Menem desgastada. Desde uma cosmovisão do que foram os anos 90, vários fatos que deixaram de ser descritos ao longo deste *paper* — devido à necessidade de limitar o espaço do artigo — marcaram a presença menemista no cenário local: a anistia às lideranças militares do período autoritário, a divulgação pela imprensa da forma como foram tratados os prisioneiros do regime anterior, as denúncias de corrupção, a venda de armas por ocasião da guerra do Equador com o Peru, as privatizações generalizadas, a demora em encontrar explicações para o ataque terrorista a Asociación Mutual Israelita Argentina (AMIA), a morte de José Luiz Cabezas, a insatisfação do produtor rural e a realização da “greve” do campo, as sistemáticas controvérsias com o Grupo dos 8 e tantos outros criaram um ambiente adverso à imagem de Carlos Menem.

Apresentaram-se para o pleito de 1999 três candidatos principais: Fernando de la Rúa (UCR), acompanhado de Chacho Alvarez (Frepaso), pela Alianza, Eduardo Duhalde e Ramón Ortega pelo Partido Justicialista e Domingo Cavallo e Caro Figueroa pela Ação pela República; outros candidatos participaram do processo eleitoral por partidos com menor representação, como foram os casos de Patricia Walsh pela Esquerda Unida, Jorge Altamira do Partido Obrero, José Montes do Partido dos Trabalhadores, Jorge Renya da Resistência, Lia Mendez do Humanismo e Domingo Guarracino do Partido Socialista. Paralelamente, entre as seis províncias em que havia eleições para governador no mesmo dia, encontrava-se Buenos Aires; Graciela Fernandes Meijide pela Aliança e Carlos Ruckauf pelo peronismo deixavam antever que este seria um pleito extremamente renhido.

Segundo matéria publicada na página do jornal **Clarín Digital** (ELECCIÓN, 1999), havia 23.590.605 eleitores, dos quais 16.529.821 em cinco distritos — Capital, Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba e Mendoza —; a mesma fonte divulgou uma pesquisa de opinião levada a efeito em 12 de setembro, pelo Centro de Estudos de Opinião Pública, mostrando De La Rúa com 44,2% da preferência dos eleitores, ficando 33,1% para Duhalde e 6,5% para Domingo Cavallo. Uma nova pesquisa de opinião divulgada pelo **Clarín** (DE LA RUA..., 1999), realizada em 22 de outubro pela mesma instituição de pesquisa, evidenciava uma vantagem de 14,2% de Fernando de la Rúa sobre Eduardo Duhalde.

Entre as regiões com maior densidade de eleitores, a vitória da Aliança nas eleições de 24 de outubro mostrou uma diferença para a oposição sobre o justicialismo de 45,6% contra 42,42% em Buenos Aires, de 47,75% frente a

39,67% em Córdoba, de 53,65% contra 22,69% em Mendoza e de 53% perante 31,57% em Santa Fé. Paralelamente, cabe o registro de que Cavallo obteve 8,46% dos votos em Buenos Aires e que os seus melhores resultados ocorreram em Mendoza (21,44%), Tierra del Fuego (19,13%), Neuquén (14,11%), San Juan (13,12%), Santa Fé (12,18%), Rio Negro (10,98%), Chubut (10,56%) e Córdoba (10,13%). No que diz respeito às eleições na Província de Buenos Aires, com menos de 2% a ser apurado, os números indicavam uma vantagem de 6% de Ruckauf sobre Meijide, resultado este que mantinha a província mais importante nas mãos dos peronistas.

Os primeiros resultados divulgados na Argentina mostram que a população optou por um governo de oposição no âmbito federal, porém evidencia também que a Província de Buenos Aires, um reduto peronista, se manteve junto a Ruckauf e que a grande maioria dos governos provinciais estarão na mão da futura oposição a partir de 10 de dezembro de 1999.

9 - Conclusão

Menem encerra a sua gestão com os olhos voltados para 2003. Há um certo consenso quanto à estratégia posta em prática pela Argentina no decênio, a partir de uma transição democrática consolidada, da implementação de medidas condizentes com um posicionamento conservador e da busca da estabilidade econômica como o objetivo maior da administração que encerra as suas atividades em 10 de dezembro do corrente ano.

A revista **Time Digital** (NACE..., 1999), na edição de outubro, ao desenhar as perspectivas para a Argentina de Fernando de la Rúa, fez referências à Gestão Menem, considerando-a como uma conversão do justicialismo ao conservadorismo fiscal; destacou, também, a aproximação com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, sem desprezar a importância da saída do atual Presidente como um sinal da consolidação da democracia naquele País. Essa posição coincide com a opinião expressa em um jornal de Madri, o espanhol **El País**, que, em sua edição eletrônica de 18 de outubro, em matéria assinada por Relea (1999), também enfatizou que o menemismo se voltou para o mercado e para as instituições internacionais ao mesmo tempo em que perdeu a representação prioritária do voto dos pobres. O próprio Menem (1999) em entrevista à revista **Time**, quando solicitado a identificar a herança deixada aos argentinos, não hesitou em afirmar que, no campo político, os golpes de Estado e a hostilidade contra os militares estavam afastados, enquanto, no âmbito econômico, ele deixava uma economia de mercado bem-sucedida, com o devido rigor fiscal; por fim, Carlos Menem atribuiu à mudança na política econômica brasileira os

obstáculos presentes ao Mercosul, mesmo reconhecendo o avanço das negociações para desobstruir o caminho trilhado desde a assinatura do Tratado de Assunção.

A título de conclusão, o primeiro ponto a destacar é inequivocamente a consolidação da democracia entre os argentinos. O trabalho sistemático para tentar resgatar os valores perdidos tem sido uma característica importante da sociedade argentina em sua aspiração de construir uma nação equilibrada para o futuro.

Um segundo ponto a destacar ao final deste artigo é que a vitória da Aliança criou uma situação inusitada na dimensão política argentina. A UCR entregou um país em hiperinflação para Menem, ao passo que ele devolveu o País para o mesmo partido que o havia antecedido em uma situação não menos débil — a âncora cambial — que aquela que lhe foi entregue.

Em terceiro lugar, é necessário reconhecer que não há flexibilidade para mudança no Programa de Conversibilidade, isto é, à medida que as pessoas estão endividadas em dólar, cria-se uma restrição bastante séria para mudar a política econômica.

Em quarto lugar, é imperiosa a necessidade de avançar em termos de Mercosul, pois, antes da assinatura do Tratado de Assunção, o Brasil e a Argentina viviam de costas um para o outro; ao longo dos anos 90, a situação reverteu, e ambos hoje mantêm uma significativa corrente de comércio. O resultado das eleições pode sinalizar uma negociação mais intensa por parte dos novos governantes argentinos com as autoridades brasileiras, criando as condições para um novo ciclo de negócios entre os dois parceiros.

Por último, é difícil imaginar o retorno de Menem em 2003, dada a disputa permanente com Duhalde pela liderança política: enquanto Duhalde buscava abrir o caminho para a corrida eleitoral, teve que enfrentar o movimento pela reeleição de Menem e, posteriormente, o próprio candidato do Presidente nas internas justicialistas. A dúvida final corre por conta da hipótese de que não haja uma nova liderança projetada pelo PJ nesse interregno deste final de 1999 até as primeiras eleições presidenciais do próximo século. Nesse caso, ou seja, se essa possibilidade se concretizar, voltaria Menem?

Bibliografia

ALCA entro en via lenta, EL (1997). Clarin: digital [on-line] Disponível na Internet URL. <http://www.clarin.com.ar/suplementos/economico/97-11-10/o-00401e.html> Arquivo capturado em 10 nov. (Suplemento Economico).

- AÑO que sobrevivimos en peligro, EL (1990). Clarin, Buenos Aires, 23 dez.
- BRAVO: Hay que se explicar que se quiere la reelección (1993). Clarin, Buenos Aires, 20 set.
- CERRARON las listas para el 3 de octubre en Buenos Aires Duhalde movió el tablero (1993). Clarin, Buenos Aires, 16 ago.
- COMO van a votar los jovenes (1993). Clarin, Buenos Aires, 8 ago.
- CONDENADO (1997). In: Datas. Veja, São Paulo :Abril, 6 ago.
- CRISIS asiática ya afecta la producción, LA (1998). Clarin, Buenos Aires, 5 jul.
- DATRI, Dario (1998). Los empresarios no quieren cambios. Clarin: digital [on-line] Disponible na Internet URL. <http://www.clarin.com.ar/suplementos/economico/98-12-20/o-00401e.html> Archivo capturado em 20 dec. (Suplemento Economico).
- DE LA Rúa consolida su ventaja sobre Duhalde (1999). Clarin: digital [on-line] Disponible na Internet URL. <http://www.clarin.com/diario/99-10-22/t-00301d.htm> Archivo capturado em 22 out.
- DUHALDE se prueba el traje (1993). Clarin, Buenos Aires, 5 set.
- DUHALDE: el triunfo tuvo mucho que ver com el plan economico (1993). Clarin, Buenos Aires, 10 out.
- ECONOMIA: preocupación por el rojo comercial (1998). Clarin, Buenos Aires, 10 mar.
- ELECCIÓN, LA (1999). Clarin: digital [on-line] Disponible na Internet URL. <http://www.clarin.com.diario/especiales/elecciones 99/mapa.htm> Archivo capturado em 7 out.
- EMPRESARIOS, entre la duda y el temor, LOS (1997) Clarin: digital [on-line] Disponible na Internet URL. <http://www.clarin.com.ar/suplementos/economico/97-11-16/o-00401e.html> Archivo capturado em 16 nov. (Suplemento Economico).
- EN el Senado ya preparan la batalla constitucional (1993). Clarin, Buenos Aires, 23 ago.
- ENTENDA a reforma fiscal argentina (1992). Folha de São Paulo, São Paulo, 17 abr.
- EXITO final del pacto por la Reforma Constitucional 10 puntos (1999). Clarin, Buenos Aires, 11 dez.

- FEMENIA, Nora (1993). As veces olvidamos que las Malvinas están habitadas Clarin, Buenos Aires, 4 abr.
- FUTURO de la inversión, EL (1993). Clarin, Buenos Aires, 10 jan.
- GREMIALISTAS detrás de una banca (1993). Clarin, Buenos Aires, 8 ago.
- HISTORIA de los dos tercios (1993). Clarin, Buenos Aires, 5 set.
- IMAGEN de dirigentes políticos nacionales (1993). Clarin, Buenos Aires, 4 abr.
- INFLACIÓN alcanzó el 1,3% en agosto, LA (1991). Clarin, Buenos Aires, 4 set.
- MASIVA caravana en la campaña de Duhalde (1993). Clarin, Buenos Aires, 15 ago.
- MENEM dice que no tiene candidato para sucederlo (1993). Clarin, Buenos Aires, 7 mar.
- MENEM y sus temas preferidos (1993a). Clarin, Buenos Aires, 7 mar.
- MENEM, Carlos (1999). Menem may not be ready to fade away. Time, 18 oct.
- NACE nuevodia (1999). TIMEDigital [on-line] Disponible na Internet URL: <http://www.cnnespanol.com/time/1999/10/20/enfoques.argentina/> Archivo capturado em 1999.
- OFICIALISMO inicia com problemas el debate por la reforma en el senado, EL (1993). Clarin, Buenos Aires, 7 set.
- PI no le permite a Alende ser candidato de Duhalde, EL (1993). Clarin, Buenos Aires, 16 ago.
- PIERRI, en caravana de medio tono (1993). Clarin, Buenos Aires, 5 set.
- RADICALES en territorio ajeno(1993). Clarin, Buenos Aires, 8 ago.
- REFORMA del 1949, LA (1993). Clarin, Buenos Aires, 7 set.
- REFORMA: un momento de decision, LA (1993a). La Nacion, Buenos Aires, 12 set.
- RELEA, Francesc (1999) Las encuestas vaticinan una derrota histórica del peronismo en Argentina el domingo. El Pais: digital [on-line] Disponible na Internet URL. <http://www.elpais.es/p/d/19991918/internac/argen.htm> Archivo capturado em 1999.
- SENADO y la Reforma, EL (1993). Clarin, Buenos Aires, 3 mar.

- SERIA suicida que para desgastar a un ministro se desdibuje al Gobierno (1993) Clarin, Buenos Aires, 8 ago.
- SIMONSEN, Mário Henrique (1992). Plano Cavallo não é pajelança. Exame, Editora Abril, 24 jun.
- SITUACIÓN ocupacional (1992). Clarin, Buenos Aires, 13 set.
- SOPEÑA, Germán (1991). La Nación Hasta cuándo, déficit? Clarin, Buenos Aires, 4 set.
- STORANI caminó por Munro en busca de la clase media (1993). Clarin, Buenos Aires, 5 set.
- STORANI y Pierri, com buenos modales (1993). Clarin, Buenos Aires, 16 ago.
- TAXAS mensais, máximas e mínimas, na Argentina (1992). La Nacion, Buenos Aires, 4 set.
- UN TROPEZON de Roque com los empresários (1998). Clarin, Buenos Aires p.16, 4 jul.
- UNA PRIORIDAD que gana terreno: productividad (1992). La Nación, Buenos Aires, 26 jul.
- VECES que se reformo la constitucion, LAS (1993). Clarin, Buenos Aires, 7 set.
- VOLUNTAD de triunfo, LA (1993). Clarin, Buenos Aires, 10 out.
- VOTO al PJ, EL (1993). Clarin, Buenos Aires, 10 out.